

**EDITORIAL**

## A cilada de Silas (Malafaia), ou com quais argumentos combater a homofobia?

Nos últimos anos, no Brasil, gays, lésbicas, transexuais, travestis, militantes do movimento LGBTI e pesquisadores dos assuntos de gênero e sexualidade enfrentaram uma avalanche de conservadorismo e reacionarismo moral e político, a propósito de suas lutas e visões de sexo e de gênero, que, dentre outros efeitos, levou a que muitos integrantes desses segmentos cedessem aos piores argumentos no debate político-público. Como pretendidas maneiras de enfrentarem a homofobia, em suas diversas formas, e em nome do que entenderam ser um “pragmatismo político” conveniente, pesquisadores universitários, intelectuais e militantes do movimento LGBTI, como bom número de gays, lésbicas e transexuais, acharam por bem contrapor à fúria homofóbica dos conservadores e reacionários o argumento simplório de uma presumida *natureza natural* da sexualidade e do gênero, no que se incluíam a homossexualidade, a transexualidade e a travestilidade.

Rapidamente, concluiu-se que se tornava “politicamente contraproducente” apresentar as múltiplas expressões sexuais humanas e as distintas práticas de gênero como *um agir* de cada indivíduo no âmbito do desejo e das escolhas eróticas, isto é, como construções subjetivas, igualmente legítimas em si mesmas, pois, sem que não sejam apresentadas como *coisas naturais* (biológicas, congênitas, inatas etc.), não haveria nem compreensão nem aceitação social para sexualidades e identidades de gênero que são tidas por anormalidades, desvios, degradações. Nossas sociedades careceriam de uma tese politicamente eficiente que seria a da sexualidade e dos gêneros como realidades dadas, de origem biológica (genética, hormonal) ou de origem psicológica ou ainda uma mescla meio insondável do biológico e do psicológico. Supostamente, os argumentos do inato, do natural, isto é, da “homossexualidade biológica” ou “psicológica” ou da “transexualidade como a psique em corpo errado” ou da “travestilidade como o gênero em desconformidade com o corpo” seriam mais convincentes – e, para muitos, constituiria uma “verdade científica”, irrefutável nos

dias atuais de crescente biolozição do social – e seriam politicamente mais apropriados à afirmação das identidades LGBTI e para garantias legais de seus direitos. Mais que toda tentativa de fazer a sociedade compreender que sexualidade humana e identidades (ou práticas) de gênero não são realidades do reino do biológico mas do cultural, do social e do histórico – como se sabe desde Freud e repetidamente afirmado pela antropologia, sociologia, história e psicologias diversas –, a tese da naturalização do sexo e do gênero funcionaria como uma verdadeira *varinha de condão*, que, magicamente, produziria a aceitação dos LGBTI pela sociedade.

Não posso deixar de dizer, a opção por um tal argumento não apenas representa uma capitulação frente ao conservadorismo e reacionarismo sociais mas igualmente uma submissão ao senso comum das opiniões populares sobre assuntos complexos como gênero e sexo, que, ao movimento LGBTI e a seus intelectuais orgânicos, mas igualmente a pesquisadores universitários, caberia contribuir para mudar, elevando o nível cultural, intelectual e moral da sociedade. Todavia, o que se viu foi o rebaixamento das concepções e do debate, de um modo francamente oportunista, no desespero de se conseguir aprovações morais ou mesmo reconhecimento em mesquinhas leis que asseguram um pouco de direitos. Se é fato que não podemos esquecer que os agentes desse discurso de naturalização do sexo e do gênero são sujeitos em busca de amparo, estima social e alguma segurança ontológica para a existencialidade de quem continuamente sofre violências, discriminação e exclusão social, por outro lado, a escolha por lançar mão do rasteiro argumento do *natural* torna-se uma conciliação com o próprio conservadorismo/reacionarismo e homofobia que se pretende combater, ultrapassar. Conciliação perigosa, pois torna os LGBTI reféns de concepção que os aprisiona nas determinidades genéticas, cromossomiais, hormonais ou “psicológicas”, que os convertem em verdadeiras “espécies sexuais” e sujeitos passíveis de “diagnósticos”, como já denunciaram os filósofos Michel Foucault e, mais recentemente, Judith Butler, e que os

invalidam como agentes com *agência* (com *agir*) sobre seus desejos, escolhas eróticas – fazendo desaparecer todos os traços e potências da liberdade humana, sendo o que nos diferencia de todos os demais animais; estes, sim, sem qualquer possibilidade de escolher o que ser em gênero e em sexo ou em qualquer coisa outra!

Mas certos pesquisadores e intelectuais universitários gays e militantes do movimento LGBTI, e todo um amplo número de lésbicas, gays e transexuais, encontraram o bode expiatório perfeito para justificarem a cruzada de naturalização do sexo e do gênero, que vai de par com a ideologia de normalização (e moralização e higienização) das sexualidades e gêneros dissidentes da moral sexual institucionalizada: a ofensiva de religiosos homofóbicos, notadamente de linha evangélica, em atuação no parlamento brasileiro, na mídia e em suas igrejas. Como, de modo oportunista, certos representantes de correntes evangélicas no país passaram a se apropriar do conceito de “construção social” da sexualidade e do gênero, para argumentarem em favor do “abandono”, por parte de gays, lésbicas e transexuais, de suas práticas sexuais e de gênero – pois vistas por esses religiosos homofóbicos como atributos negativos, práticas abjetas –, logo, certos setores LGBTI acreditaram que o melhor seria desqualificar a própria tese construcionista e apresentar em seu lugar a tese da sexualidade e do gênero naturais, biológicos. O que não se percebeu ou não se quis admitir é que, ao fingirem aceitar a tese construcionista, os religiosos homofóbicos evangélicos (e outros) o que pretendem é invalidar todas as escolhas amorosas, afetivas, sexuais e de gênero que não estão instituídas e legitimadas como “normais”. Aproveitam a ideia de construção – que sabem ser o verdadeiro *more geométrico* das ciências humanas, múltiplas filosofias e diversos movimentos sociais – para sugerirem que “se sexo e gênero são construídos, pode-se, então, desconstruir a construção”, isto é, homofobicamente, pretendem sugerir que “se pode desfazer-se como gay, lésbica e transexual e voltar a ser normal”, e, certamente, para eles, essa seria “a maneira dos pervertidos sexuais e morais deixarem seus caminhos de pecado e corrupção moral”. Não se

exige muita análise para saber que os cínicos religiosos homofóbicos não são construcionistas, não tem uma visão construcionista da realidade social ou do gênero e do sexo. Dela fazem uso para tergiversarem e evadirem-se de assumir suas verdadeiras concepções reacionárias e contrárias à liberdade dos indivíduos.

Mas que fizeram as lideranças e militantes do movimento (e bom número de LGBTI em geral) e certos intelectuais acadêmicos? Passaram a considerar que esses religiosos estavam demonstrando que os argumentos construcionistas são ruins, pois, apelando falsamente para a tese da construção do sexo e do gênero, eles conseguiriam convencer a sociedade do que segue: se a homossexualidade e a transexualidade, como a travestilidade, são construções, escolhas, preferências no âmbito do desejo, do erotismo, do sexo e dos afetos, mas igualmente práticas recusadas pela sociedade, não haveria porque ninguém escolher ser tal. E uma vez que se trata de construção, não haveria porque indivíduos se construiriam fora do que é aceito socialmente, e, por dever moral, devendo construir-se, pois, *normais*, isto é, *heterossexuais* e em conformidade com o binarismo de gênero reinante. Ora, a esperar que os impostores fossem denunciados pela falsificação da tese construcionista, simplesmente se aceitou que lésbicas, gays e transexuais, suas associações de militância e a própria produção teórica sobre o tema estariam correndo riscos epistemológicos e políticos se continuássemos batendo na tecla da “construção” do sexo e do gênero e, pois, devendo ser outra a atitude a ser tomada. E qual? A adoção de tese incorrigível e insuperável: “não há construção subjetiva de sexo e gênero, não há *agir* do/no desejo, não há escolhas eróticas, ninguém escolhe ser gay, lésbica, transexual ou travesti, todos já nascem tais, sexo e gênero são especializações biologicamente determinadas já na vida embrionária”, como na canção “*eu nasci assim/vou ser sempre assim/Gabriela/sempre Gabriela...*” O que se pensou oferecer contra a falsificação oportunista da tese construcionista não foi a denúncia da grosseira apropriação e falsificação, mas um argumento que em tudo representa uma capitulação frente a um sofisma, uma manipulação ideológica.

Chamo essa capitulação e queda no discurso ideológico, conservador e reacionário, de *a cilada de Silas*, pois, entre outros, o pastor Silas Malafaia foi um de seus artífices. E armadilha na qual muitos caíram. Por fraqueza da resposta, por vacilação política, mas também por oportunismo de um cego “pragmatismo” ou “realismo político”, abre-se mão de tese crítica, educativa da sociedade, emancipatória, para investir em rebaixado argumento, cuja eficácia presumida é convergir para o senso comum das opiniões sociais, em tudo precarizada do conhecimento teórico das ciências que estudam o humano, as sociedades, as culturas, a história, as relações, instituições sociais, o sexo e as práticas e identidades de gênero. E muitos entregaram-se a pseudociências do sexo e do gênero, mesmo quando suas explicações são sobre assuntos que estão impedidas de compreender porque simplesmente não há o que buscar no biológico, no embrionário, no hormonal e na atividade cerebral quando a matéria, o objeto ou a realidade são as das práticas humanas que chamamos “sexuais” e de “gênero”. Algo tão cultural e histórico que somente mentes empataadas pelo discurso ideológico (de naturalização e eternização da realidade social) e os que conscientemente optaram por visões reacionárias da vida, do mundo e da história, que não aceitam as transformações, são incapazes de perceber ou admitir.

Testemunhei, em debates e congressos acadêmicos, pesquisadores universitários declararem abertamente que “o que menos importa é discutir a origem da homossexualidade”, pois, às suas ciências apenas “interessa compreender como os próprios sujeitos LGBTI se compreendem e articulam sentidos para a afirmação de suas identidades”. Para esses pesquisadores, se pessoas LGBTI acreditam que nascem como tais e conseguem o reconhecimento social e de direitos pelo Estado e pela sociedade com esse entendimento, “às ciências sociais não cabe tomar parte em discussões teóricas, engajadas em conceituações sem interesse social”. Curiosamente, temos aí um caso em que pesquisadores se retiram do debate, rebaixando sua tarefa intelectual, num recuo que certamente também consideram

“estratégico”, como se fossem parte orgânica do mesmo movimento que dizem “etnografar” ou realizar “compreensão sociológica”. Aliás, uma medida que não se vê nesses mesmos pesquisadores quando os assuntos são outros. Como acreditam que não se engajam em discussões conceituais que não são de interesse estratégico das lutas de LGBTI, ao menos deveriam pensar em produzir conhecimento que seja contribuição de suas ciências à sociedade na qual vivem. Que contribuição será a de uma ciência que se dedica a ratificar o senso comum dos agentes da ação, ainda mais quando esses agentes são sujeitos de uma sujeição ideológica que os invalida, desautoriza, exclui, levando-as a rebaixar a percepção de si e de suas reivindicações ao nível que os desloca da arena política, onde a luta por direitos e por liberdade deve ser travada, conduzindo-os à submissão a uma triste conclusão que os devolve ao reino da pura animalidade?

Nem Silas, nem Feliciano, nem qualquer outro religioso reacionário, evangélico, católico, espírita, mulçumano, judeu ou qualquer outro, jamais terão uma visão construcionista crítica da realidade – e do sexo e do gênero –, eles não serão jamais construcionistas, eles são oportunistas. Quando forem construcionistas, deixarão de ser religiosos, crentes no divino, no sagrado. Pelo oportunismo de todos eles, todas as vezes que disserem que a sexualidade e o gênero são construções e que, portanto, torna-se possível exigir que gays, lésbicas e transexuais “mudem suas construções”, eles não estão sendo construcionistas, estarão sendo cínicos, desejando impor a todos uma moral sexual instituída que se elege como normalidade. E pelo autoritarismo que vigora nessa vontade de homogeneidade social do desejo, do sexual e dos afetos, eles são fascistas disfarçados de pastores (pastores da moral e dos bons costumes!). Ora, por que lésbicas, gays, travestis e transexuais teriam que mudar suas orientações, preferências, escolhas sexuais e de identidades de gênero? Por consideradas pelos homofóbicos como um atributo negativo? E que dizer dos homens e mulheres bissexuais, seriam casos biológicos híbridos? Indivíduos psicologicamente confusos?

Assim, é bem-vindo, nesta nossa décima sexta edição da Bagoas, um dossiê sobre Michel Foucault e a teoria *queer*, propostos pelos professores Elias Cristiane Maria Marinho e Elias Ferreira Veras, pela força crítica das reflexões que se amparam no filósofo francês e na perspectiva *queer* no domínio dos estudos sobre sexo e gênero. Fontes teóricas para reflexões não subordinadas a pragmatismos políticos e desejosas de conciliações conservadoras, frágeis o suficiente para não conseguirem escapar a ciladas!

Natal, 14 de julho 2017

Alipio DeSousa Filho

**Editor**